

# REFORMAS POLÍTICAS E O RETORNO NA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – RENDA FIXA E VARIÁVEL



# POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS

Resolução da CMN – Conselho Monetário Nacional

Resolução nº 3.922/2010

Resolução nº 4.604/2017

Resolução nº 4.695/2018

Portaria MPS nº 204/2008

Lei nº 13.846/2019

**Resolução nº 3.922/2010** - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Dever dos Gestores:** Observar os princípios de Segurança, Rentabilidade, Solvência, Liquidez, Motivação e Transparência.

# POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS

- Modelo de Gestão
- Estratégia e Alocação
- Parâmetros de Rentabilidade
- Limites
- Metodologia
- Plano de Contingência
- Vedações
- Revisão da Política

# Alocação dos Recursos

Renda Fixa

Renda Variável e Investimentos

Estruturados (Fundos Multimercado,

FIP, Ações – Mercado de Acesso);

Investimentos no Exterior.

Todos registrados na CVM

**Credenciamento:** Qualificação e conhecimento técnico dos responsáveis pelo credenciamento e decisão nos investimentos; Analisar com profundidade o Gestor, Administrador e Fundo de Investimento.

§ 5º **Incluem-se no rol de pessoas previstas no § 4º, na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social,** os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. (Incluído pela Resolução nº 4.695, de 27/11/2018.)

**LIMITES DISPONÍVEIS CONFORME RESOLUÇÃO 3.922/ 2010 E 4.695/ 20118**

TIPO DE ATIVO		ARTIGO	LIMITE DA RESOLUÇÃO		P-GESTÃO N I		P-GESTÃO N II		P-GESTÃO N III		P-GESTÃO N IV	
RENTA FIXA	Títulos Tesouro Nacional – SELIC	7º, I, "a"	100%		100%		100%		100%		100%	
	FI Ref. em 100% títulos TN	7º, I, "b"	100%		100%		100%		100%		100%	
	FI Ref. em Índice RF, 100% títulos TN	7º, I, "c"	100%		100%		100%		100%		100%	
	Operações compromissadas em títulos TN	7º, II	5%		5%		5%		5%		5%	
	FI Referenciados RF	7º, III, "a"	60%		65%		70%		75%		80%	
	FI de Índices Referenciado RF (ETF)	7º, III, "b"	60%		65%		70%		75%		80%	
	FI de Renda Fixa	7º, IV, "a"	40%		45%		50%		55%		60%	
	FI de Índices Renda Fixa (ETF)	7º, IV, "b"	40%		45%		50%		55%		60%	
	Letras Imobiliárias Garantidas	7º, V, "b"	20%		20%		20%		20%		20%	
	Certificados de Depósitos Bancários	7º, VI, "a"	15%		15%		15%		15%		15%	
	Depósito em Poupança	7º, VI, "b"	15%		15%		15%		15%		15%	
	FI em Direitos Creditórios	7º, VII, "a"	5%		5%		10%		15%		20%	
RENTA VARIÁVEL	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	7º, VII, "b"	5%	15%	10%	20%	15%	25%	20%	30%	25%	35%
	FI de Debêntures Infraestrutura	7º, VII, "c"	5%		5%		10%		15%		20%	
RENTA VARIÁVEL	FI em Renda Variável	8º, I, "a"	30%		35%		40%		45%		50%	
	FI de Índices em RV (ETF - índice 50 ações)	8º, I, "b"	30%		35%		40%		45%		50%	
	FI em Ações	8º, II, "a"	20%		25%		30%		35%		40%	
	FI em Índices de Ações (ETF - índices em geral)	8º, II, "b"	20%		25%		30%		35%		40%	
	FI Multimercado	8º, III	10%		10%		10%		10%		15%	
	FI em Participações	8º, IV, "a"	5%		5%		5%		10%		15%	
	FI Imobiliário	8º, IV, "b"	5%		5%		10%		15%		20%	
	FI Ações - Mercado de Acesso	8º, IV, "c"	5%		5%		5%		10%		15%	
FLEXTERIOR	FI em Renda Variável	8º, I, "a"	30%		35%		40%		45%		50%	
	FI de Índices em RV (ETF - índice 50 ações)	8º, I, "b"	30%		35%		40%		45%		50%	
	FI em Ações	8º, II, "a"	20%		25%		30%		35%		40%	
FLEXTERIOR	FI em Índices de Ações (ETF - índices em geral)	8º, II, "b"	20%		25%		30%		35%		40%	
	FI Multimercado	8º, III	10%		10%		10%		10%		15%	
	FI em Participações	8º, IV, "a"	5%		5%		5%		10%		15%	
FLEXTERIOR	FI Imobiliário	8º, IV, "b"	5%		5%		10%		15%		20%	
	FI Ações - Mercado de Acesso	8º, IV, "c"	5%		5%		5%		10%		15%	
FLEXTERIOR	FIC e FIC FI Renda Fixa - Dívida Externa	9º-A , I	10%		10%		10%		10%		10%	
	FIC Aberto - Investimento no Exterior	9º-A , II	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
	FI Ações - BDR Nível I	9º-A , III	10%		10%		10%		10%		10%	

A reforma da previdência e a  
**sustentabilidade dos RPPS**



# Do Enquadramento

Artigo 21, da Resolução  
3.922.

PRAZO DE 180 DIAS (regra geral)

Data Limite para Envio <sup>1</sup>	DAIR <sup>2</sup>	DIPR <sup>3</sup>	DRAA <sup>4</sup>	DPIN <sup>5</sup>	Informações Contábeis (MSC - SICONFI) <sup>6</sup>
	Demonstrativo Mensal	Demonstrativo Bimestral	Demonstrativo Anual		
31/01/2019	Dezembro de 2018	6º bimestre de 2018			Dezembro de 2018 <sup>6</sup>
28/02/2019	Janeiro de 2019				Janeiro de 2019
31/03/2019	Fevereiro de 2019	1º bimestre de 2019	Exercício 2019		Fevereiro de 2019 (e encerramento 2018) <sup>6</sup>
30/04/2019	Março de 2019			Exercício 2019	Março de 2019
31/05/2019	Abril de 2019	2º bimestre de 2019			Abril de 2019
30/06/2019	Maio de 2019				Maio de 2019
31/07/2019	Junho de 2019	3º bimestre de 2019			Junho de 2019
30/08/2019	Julho de 2019				Julho de 2019
30/09/2019	Agosto de 2019	4º bimestre de 2019			Agosto de 2019
31/10/2019	Setembro de 2019				Setembro de 2019
30/11/2019	Outubro de 2019	5º bimestre de 2019			Outubro de 2019
31/12/2019	Novembro de 2019			Exercício 2020	Novembro de 2019
31/01/2020	Dezembro de 2019	6º bimestre de 2019			Dezembro de 2019

<sup>1</sup> Fundamentação legal: Portaria MPS nº 204 art.5º, XVI e § 6º.

<sup>2</sup> A partir do exercício de 2017 o DAIR, passou a ser exigido mensalmente, com prazo até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior. Desde março de 2011 é preenchido por meio do Cadprev-ente local (desktop) e consultado por meio do Cadprev-web.

<sup>3</sup> O DIPR deve ser preenchido por meio do Cadprev-ente local (desktop) e consultado por meio do Cadprev-web.

<sup>4</sup> O DRAA a partir de 2015 deve ser preenchido por meio do Cadprev-ente local (desktop) e consultado por meio do Cadprev-web.

<sup>5</sup> A partir de 2019 o DPIN (2020) voltará a ser exigido até 31 de dezembro de cada exercício, em relação à política de investimentos do exercício seguinte. O DPIN anterior (2019) teve o prazo prorrogado de 31 de outubro de 2018 para 30 de abril de 2019. Para o preenchimento será utilizado o Cadprev-ente local (desktop) . Para envio e consulta, estará disponível no Cadprev-web.

<sup>6</sup> A partir de 2018 as informações e os dados contábeis passaram a ser encaminhados mensalmente pelos Estados, Distrito Federal e Capitais à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Matriz de Saldos Contábeis - MSC, no SICONFI. Para os demais Municípios a MSC/SICONFI será exigida a partir de 2019, permanecendo a obrigatoriedade de envio do encerramento do exercício de 2018 via Cadprev-Web, até 31 de março de 2019.

# OBRIGADO

## HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Ex-Diretor RPPS de Tangará da Serra  
e membro da APREMAT

[heliton@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:heliton@tangaradaserra.mt.gov.br)

65 9 9987 1740



APOIO:



REALIZAÇÃO:

